



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**CLARA EMANUELLY SANTOS VICTOR**

**CONSERVADORISMO E “QUESTÃO SOCIAL”: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO  
DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NA UEPB NO PERÍODO DA  
DITADURA MILITAR**

**CAMPINA GRANDE  
2022**

CLARA EMANUELLY SANTOS VICTOR

**CONSERVADORISMO E “QUESTÃO SOCIAL”: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO  
DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NA UEPB NO PERÍODO DA  
DITADURA MILITAR**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

**Área de concentração:** Ciências Sociais aplicadas

**Orientador:** Prof. Dra. Bárbara Figueiredo

**CAMPINA GRANDE  
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

V642c Victor, Clara Emanuely Santos.

Conservadorismo e "questão social": uma análise da produção de conhecimento do serviço social na UEPB no período da ditadura militar [manuscrito] : - / Clara Emanuely Santos Victor. - 2022.

29 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Prof. Dra. Bárbara Figueiredo, Coordenação do Curso de Serviço Social - CCSA. "

1. Formação Profissional. 2. Conservadorismo. 3. Serviço Social. I. Título

21. ed. CDD 361

CLARA EMANUELLY SANTOS VICTOR

**CONSERVADORISMO E "QUESTÃO SOCIAL": UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NA UEPB NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

**Área de concentração:** Ciências sociais

Aprovada em: 15 de dezembro de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

*Barbara da Rocha Figueiredo Chagas*

Prof. Dra. Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Sandra Amélia Sampaio Siqueira*

Prof. Me. Sandra Amélia Sampaio  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Alcione Ferreira da Silva*

Profa. Me. Alcione Ferreira da Silva  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu avô, Agostinho Alves Victor, pelo grande incentivador de sonhos que foi e que fez da sua forma de apreciar a vida uma lição gravada nos corações de todos os que o amam.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 PENSAMENTO CONSERVADOR E A APREENSÃO DE “QUESTÃO SOCIAL”: GÊNESE DO CONSERVADORISMO CLÁSSICO E POSITIVISMO .....</b>	<b>8</b>
<b>2.1 Conservadorismo clássico: elementos histórico-conceituais.....</b>	<b>8</b>
<b>2.1.1 <i>Conservadorismo Burguês: traços constitutivos que encontram expressividade no positivismo.....</i></b>	<b>9</b>
<b>2.1.2 <i>Serviço Social, Conservadorismo e Questão Social: fundamentos teórico- metodológicos na trajetória histórica da profissão.....</i></b>	<b>13</b>
<b>2.1.2.1 <i>Gênese do Serviço Social no Brasil e sua relação com o conservadorismo.....</i></b>	<b>13</b>
<b>2.1.2.1.1 <i>O Serviço Social na Paraíba e a questão social nos TCCs da Escola de Serviço Social de Campina Grande nas décadas de 1960/1970 .....</i></b>	<b>16</b>
<b>2.1.2.1.2 <i>A ruptura com o conservadorismo e as contribuições marxistas para o entendimento da “questão social” .....</i></b>	<b>21</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>25</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>27</b>
<b>ANEXO A - ROTEIRO DE COLETA DE DADOS JUNTO AOS TCCs .....</b>	<b>29</b>
<b>ANEXO B - RELAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO REFERENCIADOS NO ARTIGO.....</b>	<b>29</b>

## **CONSERVADORISMO E “QUESTÃO SOCIAL”: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NA UEPB NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR**

### **CONSERVATISM AND THE “SOCIAL QUESTION”: AN ANALYSIS OF KNOWLEDGE PRODUCTION OF SOCIAL WORK IN UEPB DURING THE MILITARY DICTATORSHIP**

Clara Emanuely Santos Victor<sup>1</sup>

#### **RESUMO**

A “questão social”, enquanto conceito que comporta as expressões da desigualdade social, teve sua gênese no marco do modo de produção capitalista, e até o alcance do seu estágio monopolista, as respostas de enfrentamento destas expressões tinham um cunho principalmente repressivo e o conceito estava voltado para uma perspectiva moral. É no contexto da fase dos monopólios do capitalismo, por determinações políticas e econômicas, que passa a ser feito por um conjunto de serviços de cunho interventivo, as políticas sociais, demandando um profissional frente a essa necessidade, o que veio a ser o surgimento do Serviço Social enquanto profissão. No Brasil, a gênese da profissão e parte de sua trajetória são, historicamente, atravessadas pelo pensamento conservador, seja com aporte religioso ou através de matrizes teórico-metodológicas. Enraizado no “fazer” e no “pensar” profissional, o conservadorismo norteou da visão de mundo ao refletir as questões mais endógenas, como seu objeto de intervenção. Com base em uma pesquisa de cunho documental e bibliográfico, o presente artigo está voltado para a análise da influência do conservadorismo no Serviço Social, com ênfase na apreensão de “questão social” na formação profissional. Através de estudos junto a uma amostra de Trabalhos de conclusão de curso das décadas de 60 e 70, busca-se apreender como as expressões do conservadorismo atravessam as noções dos assistentes sociais acerca da “matéria-prima” da sua atuação. Considerando imprescindível analisar esse momento que é de intensificação do conservadorismo no país, com o cenário da ditadura militar, e que para a profissão antecede a ruptura com a bagagem “tradicional” e conservadora do Serviço Social, o encontro com a tradição marxista e com uma releitura da “questão social”, avanços que se materializam essencialmente no conquistado Projeto Ético Político.

Palavras-Chave: Conservadorismo. “Questão Social”. Serviço Social. Formação Profissional.

#### **ABSTRACT**

The “social question”, as a concept that includes the expressions of social inequality, had its genesis in the framework of the capitalist mode of production, and until the reach of its monopolistic stage, the responses to confront these expressions had a mainly repressive nature and the concept it was turned to a moral perspective. It is in

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: claraesvictor@outlook.com

the context of the phase of capitalism's monopolies, due to political and economic determinations, that it starts to be done by a set of services of an intervention nature, social policies, demanding a professional to face this need, which came to be the emergence of the Social work as a profession. In Brazil, the genesis of the profession and part of its trajectory are, historically, crossed by conservative thought, either with religious support or through theoretical-methodological matrices. Rooted in professional “doing” and “thinking”, conservatism guided the world view by reflecting the most endogenous issues, as its object of intervention. Based on documentary and bibliographical research, this article is focused on analyzing the influence of conservatism in Social Work, with emphasis on apprehending the “social issue” in professional training. Through studies with a sample of Course Completion Works from the 60s and 70s, we seek to apprehend how the expressions of conservatism cross the notions of social workers about the “raw material” of their work. Considering it essential to analyze this moment of intensification of conservatism in the country, with the scenario of the military dictatorship, and which for the profession precedes the break with the “traditional” and conservative baggage of Social Work, the encounter with the Marxist tradition and with a rereading of the “social question”, advances that materialize essentially in the conquered Political Ethical Project.

**Keywords:** Conservatism. “Social Question”. Social Service. Professional Qualification.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo conta com um material extraído de um Projeto de iniciação científica coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Mestra Maria Aparecida Nunes dos Santos, intitulado como “A invasão do conservadorismo na formação em Serviço Social da UEPB durante a ditadura militar”, mas com aprofundamento e ênfase no debate da “questão social” e da sua apreensão. Encontra-se relacionado aos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, tendo como principal objetivo a análise da apreensão da “questão social” na formação do curso de Serviço Social da UEPB, nos anos 60 e 70, e a maneira como se encontra atravessada pelo pensamento conservador e suas expressões.

A aproximação com objeto de estudo e a base da pesquisa, documental e bibliográfica, derivam principalmente de uma experiência de quase dois anos (cotas 2017-2018 e 2018-2019) no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), em um projeto idealizado, estruturado e orientado pela Prof.<sup>a</sup> Mestra Maria Aparecida Nunes dos Santos, intitulado como “A invasão do conservadorismo na formação em Serviço Social da UEPB durante a ditadura militar”. O projeto teve como eixo as expressões do pensamento conservador na produção de conhecimento do Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba, mediante a análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) produzidos nas décadas de 60 e 70.

No decorrer do desenvolvimento do projeto, foram elencados alguns pontos que nortearam a pesquisa e entre eles, estava a “questão social” e em que perspectiva sua apreensão surgiria nas discussões dos referidos trabalhos. Foram selecionados aqueles trabalhos que se encontravam em boas condições físicas de manuseio e que refletissem acerca do exercício profissional. E assim, de acordo com tais critérios, foi delimitada uma amostra correspondente à 100 trabalhos, tendo sido possível analisar, na cota 2017-2018, 36 TCCs, e 39 na cota 2018-2019, correspondendo ao total de 75 TCCs.

O atrelamento com o pensamento conservador é um traço constitutivo do processo de emergência e institucionalização do Serviço Social brasileiro e conseqüentemente, da formação profissional. Tanto no Brasil quanto na América Latina, experimentou-se a viabilidade de uma crítica ao designado “Serviço Social Tradicional”, na abertura dos anos 1960. Mas, ao ser instaurado o golpe de 1964, são majoritariamente interrompidas as possibilidades desse processo e tem-se, principalmente, da metade da década de 1960 a 1970, um momento de acentuação do conservadorismo na profissão sob novas roupagens. Assim, a pesquisa em questão, tem seu empenho em analisar esse conservadorismo que, no contexto da ditadura, encontra solo fértil para germinar e para invadir a formação profissional, com foco na particularidade do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

No marco do capitalismo em seu estágio monopolista, as sequelas da “questão social”, enquanto enfrentadas pelo Estado burguês através das políticas públicas, propiciaram a profissionalização do Serviço Social, num processo no qual configurou-se o seu espaço na divisão social e técnica do trabalho enquanto categoria profissional (NETTO, 1996). O que coloca a temática da apreensão da concepção de “questão social” para a formação profissional como de significativa relevância, visto que aparece como um dos elementos fundamentais para sinalizar a emergência da profissão e o objeto da sua intervenção.

Ademais, a disposição para analisar a apreensão da “questão social” e a influência do pensamento conservador na formação em Serviço Social também se justifica pelo caráter heterogêneo desta categoria no interior da profissão, considerando que apesar de, atualmente, no Brasil, existir uma hegemonia da tradição marxista e de uma perspectiva crítica, historicamente, o conservadorismo está entranhado em suas concepções, permeando a sua formação profissional e as diferentes matrizes teórico-metodológicas que orientaram suas reflexões e atuação. Sendo ainda, um elemento expressivo na socialização primária, que se desdobra numa reprodução inconsciente e extrapola a associação a uma teoria de cariz conservador.

Neste sentido, de acordo com o que previamente foi destacado, o objetivo deste trabalho condensa a necessidade de aproximações sucessivas ao conservadorismo, seus elementos histórico-conceituais e principais expressões, bem como sua relação com o Serviço Social e com o eixo principal de sua atuação – as expressões da “questão social” – e seu entendimento. Além de visar um aprofundamento nos fundamentos teórico-metodológicos e nos direcionamentos político-ideológicos que, historicamente, atravessaram a profissão, levando em consideração o caráter vasto e heterogêneo – distante de ser saturado – dos estudos acerca do que foi norteador aos projetos profissionais.

A perspectiva de análise do estudo centra-se no materialismo histórico-dialético o qual possibilita uma apreensão do movimento da realidade fundamentado no recurso heurístico da totalidade. Como explica Netto (2011, p.52), longe de constituir um conjunto de regras formais que se “aplicam” ao objeto ou conjunto de regras escolhidos pelo sujeito para “enquadrar” este objeto, para Marx, o método implica “uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”. Disto, tem-se que quanto mais tenta-se saturar, durante o processo de investigação, tais determinações, mais “concreto pensado e não “concreto criado” são as aproximações ao real.

## 2 Pensamento Conservador e a Apreensão de “Questão Social”: Gênese do Conservadorismo Clássico e Positivismo

### 2.1 Conservadorismo clássico: elementos histórico-conceituais

A manifestação do conservadorismo clássico, conforme estudos de Escorsim (2011), encontra-se historicamente situada entre o final do século XVIII, mais especificamente, no contexto do pós-Revolução Francesa, e início do século XX. Contudo, no tocante a essa quadra histórica que cobre mais de um século, a autora atenta para os processos político-econômicos e socioculturais vivenciados pela sociedade burguesa que soldava sua hegemonia com a derrocada da ordem feudal, os quais implicaram numa refuncionalização cultural desse estilo de pensamento.

Nessa direção, o conservadorismo clássico está dividido em dois momentos. O primeiro tem como marco inaugural a obra do parlamentar inglês Edmund Burke, intitulada de Reflexões sobre a revolução na França, publicada em 1790, que sistematiza um repúdio vigoroso ao processo revolucionário que derrubou o Antigo Regime e o feudalismo, numa perspectiva restauradora, em defesa de um capitalismo sem a ruptura com as instituições sociais tradicionais; o segundo, do pós-1848 até a entrada do século XX, é marcado por um redirecionamento desse pensamento que vai de restaurador e antiburguês à contrarrevolucionário e torna-se subsidiário à ordem burguesa frente à ameaça revolucionária socialista (ESCORSIM, 2011).

Edmund Burke, protestante e fundador do conservadorismo, em sua crítica aos feitos que resultaram na Revolução Francesa, defende um estilo de processo revolucionário intencionado a reformar, conservando as tradições, como expressa ao afirmar: “A Revolução foi feita para preservar nossas antigas e indiscutíveis leis” (BURKE, 2017, p. 64). Seu repúdio se encontra direcionado às mudanças inerentes ao ideário iluminista, que pressupõem:

[...] um intenso processo de modernização, mediante uma série de transformações que de longa data encontravam-se latentes na Europa, seja no campo da ciência e da tecnologia, seja na organização política, no trabalho, nas formas de propriedade da terra, na distribuição do poder e da riqueza entre as classes sociais (SIMIONATO, 2009, p. 3).

Não há no conservadorismo burkeano intenções de oposição ao modo de produção emergente. Burke não representa uma perspectiva anticapitalista. Mas, sim, uma defesa ao preeminente modo de pensar e explicar a realidade que outrora estava calcado na religião católica e em suas concepções, bem como, da monarquia e do inteiro arranjo político-cultural que compunha o Antigo Regime. Nesse sentido, é possível encontrar tais insatisfações nos escritos do autor das Reflexões, expressando uma apologia a um processo de mudanças com cunho “reformista”, em colocações como:

Você não acabaria com o mal através de extinguir os monarcas, os ministros de Estado ou do Evangelho, ou mesmo os intérpretes da lei, os oficiais militares e os conselhos públicos. Você pode mudar os nomes, mas as coisas, de alguma forma, devem permanecer. Um certo quantum de poder deve sempre existir na comunidade, nas mãos de alguém e sob alguma determinação (BURKE, 2017, p. 214).

Para além deste caráter contrarrevolucionário, alguns outros traços são constitutivos dessa fase clássica do conservadorismo, como: a restrição da liberdade dos homens, a defesa da legitimidade das tradições, o repúdio à laicização e à

democracia considerada perigosa, o antirracionalismo e a naturalização da desigualdade social (ESCORSIM, 2011). Ao expressar uma recusa à razão, buscando suporte de cariz confessional (cristão), “Burke projeta sobre o ser social suas concepções teológicas, defendendo que o Estado e a sociedade constituem uma ordem natural eterna e divinamente estabelecida” (SOUZA, p. 122, 2016). Noutras palavras, seus escritos se assentam na naturalização das relações sociais, incluindo a propriedade privada e a desigualdade social (SOUZA, 2016).

A naturalização da desigualdade social, entre todos os traços, é o que mais elucida uma apreensão da “questão social” pelo pensamento conservador clássico. Burke expressa, em passagens da sua obra, a defesa de uma passividade dos que seriam “destinados” ao labor, apresentando também uma aversão à ideia de que possa existir igualdade entre os homens. Nas palavras de Burke (2017, p.73), “a verdadeira igualdade moral da humanidade” consiste na existência de:

[...] um povo protegido, satisfeito, laborioso e obedientes, ensinando a buscar e reconhecer a felicidade que pode ser alcançada pela virtude em todas as condições [...] e não na ficção monstruosa que, inspirando falsas ideias e expectativas vãs nos homens destinados a trilhar a vida laboriosa, serve apenas para agravar e amargar a verdadeira desigualdade que ela nunca pode remover, e que a ordem da vida civil estabelece tanto em benefício daqueles a quem deve deixar em um estado humilde, quanto àqueles a quem é capaz de exaltar a uma condição mais esplêndida, mas não mais feliz (BURKE, 2017, p. 73)..

O porta-voz do conservadorismo clássico ainda expressa desprezo pelo modo de vida da classe subalterna e a coloca numa posição ínvada perante a detenção de poder e riqueza pela classe dominante, advogando assim, uma concepção moralizante do que seria a insatisfação dos pobres em relação à desigualdade socioeconômica. Segundo o autor,

[...] homens que não sabiam nada do mundo além dos limites de uma obscura aldeia; que, imersos na pobreza desesperada, só poderiam considerar toda a propriedade, seja secular ou eclesiástica, com os olhos da inveja; dentre os quais deve haver muitos que, pela ínfima esperança do pérfido dividendo da pilhagem, juntar-se-iam facilmente a toda e qualquer tentativa de se aproveitar de uma riqueza de que dificilmente teriam qualquer participação, exceto em uma contenda geral (BURKE, 2017, p.84).

Dessa forma, direciona à dimensão moral toda a responsabilidade da iniquidade social e das suas expressões nas condições de vida dos que não acessam a riqueza, considerando que “[...] rastreia e imputa a “culpa” pela “degradação da sociedade” às características de certos indivíduos, ou classes, ou grupos, com base na sua “origem” ou condição socioeconômica [...]” (SOUZA, 2016, p. 127). E ao tratarmos, no momento seguinte, da fase do conservadorismo clássico em que assume características essencialmente burguesas, veremos como esse e outros elementos seguem sendo centrais para nos fornecer traços que exprimem a apreensão da “questão social” pela ótica desse pensamento.

## **2.2 Conservadorismo Burguês: traços constitutivos que encontram expressividade no positivismo**

A segunda fase do pensamento conservador clássico situa-se no contexto que precede 1848, que é de consolidação da ordem burguesa, nas dimensões social, econômica, política e cultural, e que evidencia o caráter inexecutável das proposições

restauradoras advogadas por Burke. Nesse momento, “o que se manifesta, na Europa Ocidental, é a irreversibilidade das transformações que o desenvolvimento do capitalismo impõe às instituições sociais” (ESCORSIM, 2011, p. 46). E o conjunto das transformações que marcam esse processo, alteram o papel da burguesia enquanto classe dominante a qual passa a organizar-se, exclusivamente, em torno de seus próprios interesses. Nas palavras de Netto (1996, p.136):

[...] o que se articula é a auto representação da sociedade burguesa, fundada numa perspectiva de ocultamento dos componentes da estrutura e da dinâmica sociais que revelam a natureza transitória (historicamente determinada) dessa sociedade.

Se em Burke e seus apoiadores, o conservadorismo clássico tem sua formação ideológica agarrada ao irracionalismo, nesse segundo momento, o surgimento de novas fontes do saber relativiza essa particularidade (SOUZA, 2016). Patenteia-se o que Coutinho (2010) vem a chamar de “tendência ideologizante da decadência”. Período que condensa o rompimento da burguesia com sua tradição progressista<sup>2</sup> e a necessidade de limitar e empobrecer o papel da razão, em favor da manutenção da sua hegemonia.

Para Guerra (2009), trata-se de uma nova racionalidade, “formal-abstrata”, uma resposta à ameaça que a embrionária classe trabalhadora simboliza, naquele período, para o Estado burguês. Ou seja, trata-se de um conhecimento que se “restringe a tornar conhecido o existente, o que leva à mera reprodução e manutenção da realidade tal como ela se apresenta de imediato, tal como expressa na sua aparência” (p. 6).

Surge, então, o positivismo, fundamentado na concepção de uma sociedade regida por leis naturais e invariáveis, a ser estudada pelos mesmos métodos utilizados pelas ciências da natureza, de forma neutra e objetiva, supostamente “liberta” da influência das dimensões moral e ideológica. Até a abertura do século XIX, vale destacar, conforme Löwy (1991), que o positivismo apresenta-se como uma visão social de mundo. Os porta-vozes de sua origem, Condorcet e Saint-Simon, respectivamente, apoiadores da Revolução Francesa e revolucionários socialistas, direcionam o ideário positivista à uma dimensão crítico-utópica, isto é, colocam-se contra os preconceitos<sup>3</sup> das classes dominantes e das tradicionais instituições do Antigo Regime (LÖWY, 1991).

O traço de oposição à ordem estabelecida, manifestado nos primeiros positivistas — anteriormente citados —, não pertence ao positivismo fundado por Comte e Durkheim, o qual expressa um caráter apologético ao capitalismo. A sociologia positivista, inaugurada por esses autores, não dispõe de qualquer crítica à dominação da burguesia. Longe disso:

---

<sup>2</sup> Em sua obra “O estruturalismo e miséria da razão”, Carlos Nelson Coutinho faz uma definição acerca dessa tradição. Segundo o autor: “O capitalismo, em dado momento, representou — não só no plano econômico social, mas também no cultural — uma extraordinária revolução na história da humanidade. Seu nascimento e explicitação implicavam a atualização de possibilidades apenas latentes na economia feudal desenvolvida, atualização que dependia, por sua vez, da dissolução e desintegração das relações feudais de produção, de suas formas de divisão do trabalho” (2010, p.25).

<sup>3</sup> Em Condorcet, conforme Löwy, esses preconceitos aparecem como: “[...] obscurantismo clerical, as doutrinas teológicas, os argumentos de autoridade, os axiomas a priori da igreja, os dogmas imutáveis da doutrina social e da política feudal” (2013, p. 20). E sobre nosso segundo positivista crítico-utópico, alerta que: “Apesar das repetidas garantias de S. Simon, sobre o caráter organizador e não revolucionário de seus escritos, sua dimensão subversiva é inegável e não deixou de chamar a atenção das autoridades” (LÖWY, 2000, p. 21).

Sublimada em questões metodológicas, a característica essencial dessa orientação consiste em afastar da realidade (e, conseqüentemente, das categorias racionais que a refletem) os problemas conteudísticos, os problemas da contradição (COUTINHO, 2010, p. 50).

É com o filósofo francês, Augusto Comte, que a “luta contra os preconceitos muda radicalmente de função: de uma luta utópica, crítica, negativa, revolucionária, passa a ser uma luta conservadora” (LÖWY, 1991, p. 39). Suas contribuições tiveram grande relevância para a ciência que se gestava nas primeiras décadas do século XIX, a sociologia. Conforme Simionatto (2009, p. 3),

[...] o sistema comteano surge como sustentáculo da ordem burguesa, uma vez que as estruturas econômicas, sociais, e políticas estabelecidas pela burguesia precisavam, para sua perpetuação, de um ideário, um sistema explicativo capaz de afastar ameaças das lutas sociais e políticas que emergiam nesse contexto.

Comte, em sua análise acerca da vida social, como conservador, apresenta um caráter apologético em relação à ordem burguesa. Considera a concentração da riqueza e do poder econômico como indispensáveis e partes de um conjunto de leis invariáveis, defendendo o convencimento do proletariado sobre uma submissão que, dentro de sua perspectiva, é natural (LÖWY, 1991). Segundo seu ideário, o que deve condicionar o comportamento dos indivíduos não é a busca por mudanças na estrutura da sociedade, consideradas inviáveis. Mas sim,

[...] uma verdadeira resignação, isto é, uma permanente disposição para suportar com constância e sem nenhuma esperança de compensação, qualquer que seja, os males inevitáveis que regem os diversos gêneros de fenômenos naturais, a partir de uma profunda convicção da invariabilidade das leis (LÖWY, 2000, p. 25).

Em Coutinho (2010), essa “resignação” é explicada pela perspectiva de uma “segurança” que é reclamada pela sociologia positivista e que se refere à conformação de determinada parcela da sociedade acerca de suas condições de vida. Nas palavras do autor

[...] liga-se estreitamente a limitação imposta pela economia capitalista à plena expansão da personalidade humana. Somente submetendo-se às normas e regras socialmente impostas, tornando-se um conformista, pode o indivíduo experimentar uma sensação de segurança e de estabilidade num mundo objetivamente assolado por contradições (COUTINHO, 2010, p. 64).

Embora Comte seja considerado o criador do termo “sociologia” e fundador do positivismo, é Émile Durkheim que é tido como pai da sociologia e assim, do positivismo com seu caráter científico. Para Escorsim (2011), o referido pensador caracteriza-se como principal representante do pensamento conservador clássico em sua segunda fase. Nas palavras da autora, o conservadorismo durkheimiano “tipifica exemplarmente a maturação plena do pensamento conservador refuncionalizado – isto é, sem colisões com a ordem burguesa” (ESCORSIM, 2011, p. 54). Nessa direção, o positivismo se apresenta como a sofisticação do pensamento burkeano. E através da contribuição de Durkheim e, conseqüentemente, da sociologia, inaugura a denominação de “ciência social”, ao elevar valores e princípios do pensamento conservador a uma dimensão conceitual, buscando aporte na mesma metodologia que é norteadora das ciências naturais (SOUZA, 2016).

Conforme Netto (1996, p.44), “em Durkheim surgem explícitas as duas faces da moeda positivista e conservadora, a naturalização e a psicologização social”. A primeira expressa a negação da possibilidade de mudança nos determinantes da estrutura da sociedade capitalista, que nas palavras do autor, trata-se de considerar “eternos e a-históricos certos mecanismos básicos que determinam a estratificação social que tem sua culminação na sociedade burguesa” (idem). E a segunda, sob a forma de moralização da “questão social”, com vista a advogar por uma intervenção nos conflitos presentes na sociedade via normas que contribuam para a coesão social (NETTO, 1996).

Durkheim ainda defende a análise da estrutura da sociedade sendo um “organismo social” que funciona como “um sistema de órgãos diferentes no qual cada um tem um papel particular” (DURKHEIM, 1893 apud LÖWY, 2000, p. 27). O sociólogo francês advoga à respeito de existirem “privilegiados” e “conformados” no que se refere a uma posição nesse organismo, onde existem dignos e não-dignos, e insatisfeitos são exceções. Em suas palavras:

Pois se nada entrava ou nada favorece injustamente os concorrentes que disputam entre si as tarefas, é inevitável que apenas os que são mais aptos a cada gênero de atividade a alcancem... Poder-se-ia dizer que isto não é sempre o bastante para satisfazer os homens; que existem aqueles cujos desejos ultrapassam sempre as suas faculdades. É verdade, mas estes são casos excepcionais e, pode-se dizer, mórbidos. Normalmente, o homem encontra a felicidade ao realizar sua natureza; suas necessidades são relacionadas com seus meios. Assim, no organismo cada órgão não reclama senão uma quantidade de alimentos proporcional à sua dignidade (DURKHEIM, 1893 apud LÖWY, 2000, p. 28).

A referida análise acaba por embasar o funcionalismo o qual constitui uma vertente do positivismo estritamente agarrada a explicar as relações sociais através dessa concepção de “organismo social” e que dispõe da intenção de criar e legitimar um assentimento no que se refere aos desdobramentos da sociedade capitalista e seus impactos. E, com isso,

[...] o que assim recebe sansão teórica e consagração cultural é a impotência dos sujeitos e protagonistas sociais em face dos rumos do desenvolvimento da sociedade – não só uma legitimação do estabelecido como, principalmente, uma predisposição para aceitar a sua evolução seja em que sentido for (NETTO, 1996, p. 40).

Durkheim, conforme Escorsim (2011), foi o último positivista clássico a sustentar uma perspectiva otimista<sup>4</sup> que, por um longo tempo, foi um traço marcante dos porta-vozes do pensamento conservador. Isso porque, os que sucedem sua contribuição, tratam-se de pensadores que representam um “neopositivismo” e [...] são envolvidos por um pessimismo derrotista tingido de irracionalismo” (COUTINHO, 2010, p. 59).

O estruturalismo, como mais uma vertente positivista, aparece como uma nova face da “miséria da razão” e, assim como o positivismo clássico e o neopositivismo, se opõe a razão dialética, em suas pretensões de colocar no plano irracional e inalcançável a ciência e a razão, as questões que dizem respeito ao sentido da vida,

<sup>4</sup> Como enfatiza Leila Escorsim: “De Burke a Durkheim, passando por Tocqueville, as várias alterações sofridas pelo conservadorismo não eliminaram a confiança de que os desfechos da história seriam positivos — em nenhum deles existe um horizonte trágico ou desesperado para a sociedade contemporânea” (2011, p. 56).

das possibilidades para uma nova sociedade e da liberdade humana real (COUTINHO, 2010).

Coutinho (2010, p.75) contextualiza o positivismo dos estruturalistas, assinalando sua emergência no marco do capitalismo em sua fase imperialista<sup>5</sup>, como "reflexo ideológico do mundo manipulado". Ainda segundo o nosso autor, a referida ideologia "generaliza na prática: a completa subordinação do todo social à manipulação tecnológica".

Na maneira como se apresentou, o estruturalismo foi bem aceito e trouxe empolgação, propondo-se distinto das demais correntes de pensamento oferecidas à geração do período. No entanto, conforme o nosso autor, "tratava-se precisamente de conservar numa versão adequada às novas formas exigências do capitalismo, a mesma prisão no imediato, no fetichismo, na falsa consciência" (COUTINHO, 2010, p. 133). O que equipara suas intenções às demais formas nas quais o positivismo se encontra representado.

Neste sentido, a perspectiva positivista, nas suas respectivas abordagens ou derivações, exhibe traços do pensamento conservador, ao formular explicações da realidade que naturalizam a desigualdade social e o conjunto das relações sociais inerentes ao sistema capitalista, atribuindo à dimensão moral o conjunto das sequelas da "questão social". Assim, isentando o sistema de dominação e exploração que, em sua essência determina as condições de produção e reprodução social frente a este modelo de sociabilidade. Tal análise aparecerá com mais evidência nos dados a serem trazidos no tópico seguinte, onde apresentaremos a predominância do positivismo (estrutural-funcionalista) como norteador para a apreensão da categoria "questão social" nos Trabalhos de Conclusão de Curso do Serviço Social (TCC's), nas décadas de 60 e 70, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

### **3 Serviço Social, Conservadorismo e Questão Social: fundamentos teórico-metodológicos na trajetória histórica da profissão**

Para tecer uma análise aproximativa da influência do conservadorismo na apreensão da questão social pelo Serviço Social nos anos de 1960 e 1970, tem-se a necessidade de compreendermos de que maneira a profissão se relaciona com esse estilo de pensamento, desde sua emergência até o referido contexto histórico. E para tanto, faremos um mergulho em sua trajetória histórica, a fim de situarmos, ainda em sua fase embrionária, a incorporação de vertentes teórico-metodológicas, nas quais esse conservadorismo encontra espaço e imprime concepções de mundo e de sociedade para a profissão, impregnando sua atuação, sua formação e suas reflexões profissionais de uma leitura conservadora da realidade.

#### **3.1 Gênese do Serviço Social no Brasil e sua relação com o conservadorismo**

Alguns processos foram decisivos para o que culminou no surgimento do Serviço Social. E no Brasil, cabe um destaque para aos estudos de Marilda Iamamoto e Raúl de Carvalho. Apresentando um debate sobre iniciativas e instituições assistenciais criadas na década de 1920, os autores analisam as denominadas "protoformas" do Serviço Social e suas determinações que "desde o início (...)

---

<sup>5</sup> O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (LÊNIN 1977, l:641-642 apud BRAZ E NETTO, 2010, p. 190).

envolvem de forma mais direta e ampla os nomes das famílias que integram a grande burguesia paulista e carioca e, às vezes, a própria militância de seus elementos femininos” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p.166). Com isso, identificam um dos pontos que particularizam sua prática caritativa em relação a outras atividades filantrópicas tradicionais no país, por partir da condução de seguimentos que “possuem um aporte de recursos e potencial de contatos em termos de Estado” (idem).

Assim, evidencia-se que não obstante existam confluências entre o que vem a ser o profissional do Serviço Social brasileiro e o desempenho das chamadas “damas de caridade”, que atuam nas referidas instituições, não reside em tal afinidade a chave para desvelar o surgimento da profissão. Mas, sim, nas transformações que o sistema capitalista e a sociedade vivenciam naquele período e que desencadeiam a demanda por um profissional que vem a ser o assistente social. Nas palavras de Netto (1996), a

criação de um espaço sócio-ocupacional onde o agente técnico se movimenta — mais exatamente, o estabelecimento das condições histórico-sociais que demandam esse agente, configuradas na emersão do mercado de trabalho (NETTO, 1996, p. 66).

Mas, quais condições histórico-sociais? Em qual sentido se dão as mudanças societárias que marcam o momento de surgimento do Serviço Social? De que modo tais mudanças contribuem para a configuração de um mercado de trabalho para a profissão?

À nível global, o contexto dos anos de 1920 é marcado por um quadro que evidencia um conjunto de esforços em torno da busca por uma solução, ou amenização, para a “questão social”, que teve sua existência sinalizada pela ascensão do movimento operário na Europa, pelo seu cariz socialista e suas reivindicações em torno de políticas que alcançassem a classe. (IAMAMOTO; CARVALHO; 2006). Tais elementos se apresentam em um cenário de transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista (ou imperialismo)<sup>6</sup>, que acirra as contradições continuamente representadas na dominação burguesa e em seu modelo de sociabilidade, bem como revela seu caráter político antagônico e de exploração em relação ao operariado, desencadeando a necessidade da intervenção do Estado, que assume um papel significativo nas respostas demandadas pelo conflito entre as duas classes (NETTO, 1996).

De acordo com Netto (1996, p. 25): “É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a questão social se põe como alvo de políticas sociais”. Mas, tal enfrentamento dá-se de forma fragmentada constituindo numa premissa da funcionalidade dessas políticas. Com vista a ocultar o processo do qual resultam, ainda segundo o referido autor, “são recortadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas” (NETTO, 1996, p. 28).

---

<sup>6</sup> José Paulo Netto, em *O capitalismo monopolista e Serviço Social*, sistematiza acerca desse momento de transição: “Com efeito, o ingresso do capitalismo no estágio imperialista assinala uma inflexão em que a totalidade concreta que é a sociedade burguesa, ascende à sua maturidade histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que, objetivadas, tornam mais amplos e complicados os sistemas de mediação que garantem sua dinâmica” (1996, p. 16).

Posto isso, cabe destacar que é nesse enfrentamento particular, por parte do Estado monopolista, que reside a demanda social responsável por configurar o mercado de trabalho no qual o assistente social será inserido. Em outros termos:

É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como a do assistente social (NETTO, 1996, p.69).

Reiterando o destaque para essa particularidade e trazendo para realidade do Brasil, lamamoto e Carvahó (2006) elaboram:

O caminho da profissionalização é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes — ainda que desenvolvendo uma auto-representação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade — se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle. [...] precisamente quando passam a desempenhar papéis que lhes são alocados por organismos e instâncias alheios às matrizes originais das protoformas do Serviço Social é que os agentes se profissionalizam (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p.68).

Entretanto, ainda que não representem a profissionalização do Serviço Social brasileiro ou tenham servido de ponto de partida para sua legitimação, as já sinalizadas “protoformas” tem sua significância na trajetória histórica da profissão e se constituem como bases para suas primeiras configurações, mediante a incorporação de recursos organizacionais, materiais e, sobretudo, humanos. E, assim, segundo lamamoto e Carvalho (2006) não devem ser subestimadas no tocante à sua gênese. Mas, mais que isso, a herança que deixam para a profissão dispõe de elementos substanciais para o apanhamento que pretendemos trazer acerca da sua relação com o conservadorismo, principalmente, no que se refere à sua vinculação com a doutrina cristã-católica.

Se o surgimento do Serviço Social como profissão, se inscreve num complexo e dialético processo de rupturas e continuidades com as denominadas “protoformas”, no contexto brasileiro a continuidade se expressa, inicialmente, nos passos dados pela Igreja Católica, no seu movimento de recristianização, em direção ao enfrentamento dos denominados “problemas sociais” do capitalismo. É nesse rastro de continuidade que podem ser encontradas as marcas do conservadorismo na profissão.

O Brasil vivencia, no que é posterior à década de 1930, um quadro de acirramento de reivindicações por parte da Igreja e do proletariado, todas direcionadas ao Estado. Mediante a pressão realizada pelo movimento de Reação Católica, a religião é atendida em suas exigências de partilhar do poder centralizado na esfera estatal: “isto é, que lhe garanta e amplie os antigos privilégios e prerrogativas, e assegure, dentro do aparelho de Estado, as posições indispensáveis para a consolidação de sua influência social” (IAMAMOTO, 2006, p. 159). Em contrapartida, são encontradas, na iniciativa de uma Ação Social, como parte do mesmo movimento, as possibilidades de uma pacificação da classe trabalhadora através de uma “assistência” essencialmente caritativa e semeadora de valores cristãos. De acordo com lamamoto e Carvalho (2006),

[...] à Igreja Católica, através do apostolado de seu movimento laico, caberá a tarefa de reunificação e recristianização da sociedade burguesa por intermédio da ação sobre as corporações e demais grupos básicos [...] será necessário harmonizar as classes em conflito e estabelecer relações de verdadeira amizade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 159).

Torna-se, esta intervenção atravessada pela moral religiosa, um dos traços mais conservadores germinados no Serviço Social brasileiro. Foram absorvidos pela profissão “agentes” que estavam envolvidos nessa caridade (“damas de caridade”) e concepções que passam a ser norteadores das primeiras instituições de formação profissional, fincadas no arcabouço teórico da doutrina que tem parte fundamental nesse processo (cristã católica). O que Netto (1996) sintetiza ao colocar que “o Serviço Social desborda o acervo das suas protoformas” (p. 75).

Os fins da década de 1930 e o início da década de 1940 marcam a criação das primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil. No que se refere à este momento, Iamamoto e Carvalho (2006) destacam que o núcleo pioneiro é formado “fundamentalmente, de um núcleo feminino, originado majoritariamente do sistema de ensino mantido pela igreja e das modernas obras sociais” (IAMAMOTO; CARVALHO; 2006, p. 216) e constituído por “moças e senhoras da sociedade, isto é, pertencente aos setores abastados da sociedade” (idem).

Às primeiras assistentes sociais, coube a finalidade de remediar as questões tidas como “problemas sociais” e educar ou instruir com vista a uma reforma de comportamento, na busca pelo ajustamento de indivíduos ou coletividades na dinâmica da sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO; 2006). Tem-se aqui os passos da profissão no caminho de uma visão moralizante acerca dos rebatimentos das “sequelas” da “questão social” nas condições de vida das classes subalternas, ao considerá-los como “desvios” de uma ordem natural. Visão esta que, inicialmente, atrelada apenas à moral religiosa e seu modo de educar, corrobora para uma intervenção que advoga “o recalque dos elementos materiais em função de valores espirituais, a vigilância e repressão em relação aos instintos, a infantilização etc.” (IAMAMOTO; CARVALHO; 2006, p. 218).

Contudo, a formação dos profissionais em Serviço Social, não contava tão somente com suas concepções de cunho confessional e moral. Ainda com aporte nas considerações de Iamamoto e Carvalho (2006), acerca do que constava em produções teóricas dos grupos pioneiros de profissionais, “a formação do Assistente Social se dividia, geralmente em quatro aspectos principais: científica, moral, técnica e doutrinária” (IAMAMOTO; CARVALHO; 2006, p. 223). Composição esta, que se converte em uma mescla de perspectivas, teorias e métodos, reunidos através da incorporação de conteúdos de distintas áreas do conhecimento. Como é o caso da sociologia, com o positivismo e suas derivações as quais encontram solo fértil para reforçar um conservadorismo, todavia, já enraizado na profissão.

Nessa direção, pode-se aventurar a dizer que se as “pegadas” do conservadorismo na profissão, por um lado, podem ser rastreadas no movimento de continuidade com suas “protoformas”, tal conservadorismo, no movimento do “vir a ser profissão” inserida na divisão sociotécnica do trabalho, vai se tornando ainda mais avistado, sobretudo, quando essa se encontra com o conhecimento (técnico-científico) advindo das ciências sociais.

### ***3.2 O Serviço Social na Paraíba e a questão social nos TCCs da Escola de Serviço Social de Campina Grande nas décadas de 1960/1970***

O processo em que se deu a profissionalização do Serviço Social no Brasil, sinalizado no tópico anterior, até década de 1940, se estende pela década seguinte,

em um contexto no qual o desenvolvimentismo<sup>7</sup> se apresenta como o motor das mudanças socioeconômicas experimentadas e seus rebatimentos criam as condições para um avolumamento de profissionais através da difusão das Escolas de Serviço Social pelo país. Nas considerações retiradas dos estudos de Fonseca, Barros e Silveira (2014):

No que tange ao Serviço Social essa tendência alavancou, entre os anos 1940 e 1950, o seu processo de institucionalização e expansão do mercado de trabalho para os assistentes sociais, fomentando a ampliação dos espaços de formação desta mão de obra especializada no trato das expressões da “questão social” (FONSECA; BARROS; SILVEIRA, 2014, p.79).

No período em que passou a sediar a Escola de Serviço Social, Campina Grande destacava-se, na Paraíba, tanto na dimensão industrial, quanto política, dado sua posição de um centro industrial em ascensão, com o maior núcleo eleitoral do estado (FONSECA; BARROS; SILVEIRA, 2014, p. 80).

Neste sentido, os determinantes da conjuntura nacional, somados às características locais, intensificam, no município, um processo de urbanização, que ainda segundo nossas autoras, “por sua vez, trouxe consigo o crescimento da população, que passou em sua grande parte a habitar nas periferias da cidade, em precárias condições, acentuando as desigualdades sociais” (FONSECA; BARROS; SILVEIRA, 2014, p.81). Ensejo para iniciativas que se gestam em torno do “trato” dessas desigualdades e da manifestação do que delas resultam.

Assim, alinhada a estes objetivos, foi criada a primeira Faculdade de Serviço Social de Campina Grande que, conforme ressaltam Fonseca, Barros e Silveira (2014), “fez parte de um jogo de relações que envolveram o Estado e a Igreja Católica, com o apoio do empresariado local, sob a amálgama da Doutrina Social Cristã e do pensamento conservador” (p. 82). Em sua particularidade, o curso é criado através de vínculos com instituições filantrópicas e religiosas, como a Associação de São Vicente de Paula Província do Norte, sediada em Fortaleza (CE). Ainda conforme as autoras,

foi estruturado a partir da vinda de religiosas ligadas a esta Associação, formadas em Serviço Social, que assumiram a direção e a responsabilidade de ministrar os conteúdos específicos da formação, cuja tendência teórico-metodológica e ideo-política majoritária estava atrelada a um conhecimento de caráter religioso e conservador pautado, respectivamente, na Doutrina Social Cristã e na Sociologia norte-americana. (FONSECA; BARROS; SILVEIRA, 2014, p.83).

Tais características da formação, em Campina Grande, correspondem ao denominado arranjo teórico-doutrinário, sendo este, como vimos, um traço constitutivo na formação dos primeiros assistentes sociais no país, próprio de um momento da profissão, assinalado por Netto (2008) como “Serviço Social tradicional”<sup>8</sup> o qual

<sup>7</sup> Josiane Soares Santos, em *“Questão Social: particularidades no Brasil”*, situa esse modelo de desenvolvimento econômico, colocando que: “[...] se constituiu na combinação de uma forte intervenção estatal em áreas estratégicas (transportes, energia e comunicação), como incentivo direto à industrialização nacional, e atração do capital estrangeiro com concessão de expressivas facilidades fiscais” (2012, p. 82).

<sup>8</sup> Nas considerações de Netto (2008): “Sugerimos entender como Serviço Social tradicional a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma éticaliberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção — desde um ponto de vista claramente funcionalista — de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável” (NETTO, 1981b: 44 apud NETTO, 2008, p.118).

condensa os aspectos mais conservadores manifestados em sua trajetória histórica. Contudo, embora siga traçando os primeiros passos da formação profissional, em algumas Escolas de Serviço Social do país no final dos anos 1950 e na entrada de 1960 — como é o caso de Campina Grande —, essa tendência experimental, neste mesmo período, as possibilidades de uma erosão de suas características mais essenciais.

Retornando a Netto (2008), o Golpe Civil Militar de 1964, que denota como o momento de instauração da “autocracia burguesa”, “cria os suportes histórico-sociais para a evicção do Serviço Social tradicional” (p. 136). Trata-se de um contexto que impõe novas condições para a profissão, principalmente, no que se refere às suas concepções e à sua atuação mediante ao objeto de sua intervenção, a “questão social”. Ainda conforme nosso autor:

Tais condições vinculam-se sobretudo à reorganização do Estado e as modificações profundas na sociedade que se efetivaram, durante o ciclo autocrático burguês, sob o comando do grande capital. Elas ferem o Serviço Social, não exclusiva, mas especificamente, em dois níveis, imbricados porém diferenciados por especificidades: o da sua prática e o da sua formação profissionais (NETTO, 2008, 118).

A reorganização do Estado no período ditatorial, ao impulsionar uma série de reformas nas instituições governamentais e promover uma ampliação das políticas sociais<sup>9</sup> nas quais os assistentes sociais passaram a atuar, somando-se à requisição do Serviço Social no meio empresarial, numa atuação de vigiar e controlar a força de trabalho no âmbito da produção, representam os fatores que consolidam o mercado de trabalho da profissão neste momento (NETTO, 2008). E frente a isso, surge a demanda por um profissional “moderno”, adaptado às exigências que o contexto apresenta, incluindo a laicização da formação no processo de renovação em curso na profissão. De acordo com Netto:

Com efeito, as referidas condições novas reclamavam uma inteira refuncionalização das agências de formação dos assistentes sociais, apta a romper de vez com o confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo que historicamente vincaram o surgimento e o envolver imediato do Serviço Social no Brasil — além, naturalmente, da expansão quantitativa das próprias agências (NETTO, 2008, p. 124).

Não obstante, na mesma medida em que emergem os condicionantes das referidas mudanças, alguns mecanismos, próprios do contexto pós-golpe de 1964, contribuem para robustecer as mais substanciais expressões do conservadorismo no Serviço Social. Por essa razão, Netto (2008) considera, o que tem como primeira direção da renovação do Serviço Social, como sendo de uma “modernização conservadora”. Nosso autor elabora que “até o final da década de sessenta, entrando pelos anos setenta inclusive, no discurso e na ação governamentais há um claro componente de validação e reforço do que, noutro lugar, caracterizamos como Serviço Social tradicional” (NETTO, 2008, p.117).

Tendo isso em vista, não poderíamos partir para a análise da particularidade das obras produzidas na formação em Serviço Social, em Campina Grande, durante

---

<sup>9</sup> Citando Vincente P. Faleiros (2000), Elaine Behring e Ivanete Boschetti, em seus estudos acerca da Política Social, sinalizam tal ampliação das políticas sociais na ditadura: “no contexto de perda das liberdades democráticas, de censura, prisão e tortura para as vozes dissonantes, o bloco militar-tecnocrático-empresarial buscou adesão e legitimidade por meio da expansão e modernização das políticas sociais” (2011, p.136).

as referidas décadas, sem destacar que, embora possam ser encontradas referências pertencentes ao quadro da renovação<sup>10</sup>, que esse momento impulsiona na profissão, o analisado traço de continuidade ou reforço das suas bases tradicionais é o que mais se evidencia, seja em razão do caráter prematuro da institucionalização do curso e pelo apego aos elementos que caracterizam sua criação — trazidos anteriormente —, seja pelos citados mecanismos relacionados ao cenário nacional.

Em algumas das produções estão situados o que seriam os denominados “problemas sociais”, aparecendo, por vezes, uma delimitação de quais sejam “necessidades” de determinada comunidade ou grupo”, como podemos destacar na seguinte citação de um TCC: “Há um grande número de desempregados [...] Muitas famílias passam fome. Outras vivem em estado de extrema pobreza proveniente de invalidez (cegos, paralíticos) etc.” (TCC,1965). E, em algumas passagens de outros trabalhos, ainda apresentam um destaque à dimensão “socioeconômica” no que se refere aos determinantes dos citados problemas, entre elas:

Estes problemas são decorrentes do baixo nível sócio-econômico-financeiro, sendo os mesmos que atingem em grande escala vastas regiões do Nordeste, envolvendo aqueles que situam o ser humano, como sejam: o profissional, educacional, familiar, analfabetismo, desemprego, má alimentação, mínimos recursos higiênicos, alta natalidade e elevado índice de mortalidade infantil, todas coexistindo numa íntima ligação, tornando-se complexo diferenciá-los (TCC,1969).

Contudo, a análise do que origina a existência das “carências” está impregnada de marcas/traços de culpabilização/responsabilização individual pelas suas precárias condições de vida e de trabalho, como encontramos nesse trecho que parece centralizar a problemática do desemprego como ausência de qualificação da força de trabalho:

O problema da mão de obra ociosa e a desqualificação profissional, ainda constituem um dos graves entraves a elevação do nível de vida de grande parte da população brasileira [...] contudo há de se considerar o incentivo que se vem dando aos programas que visem prioritariamente o aproveitamento da mão de obra existente e o aperfeiçoamento profissional” (TCC, 1977).

A percepção da ausência de uma política para intervir até pode ser encontrada nos TCC’s. No entanto, as propostas de enfrentamento também estão orientadas para uma perspectiva de promover ou incentivar um redirecionamento moral e comportamental a indivíduos e famílias, fruto de uma psicologização das relações sociais que configura uma perspectiva estrutural-funcionalista da “questão-social”. Esse modelo de intervenção pode ser identificado em considerações como:

O problema econômico reflete profundamente na vida dos comunitários, inclusive no seu comportamento grupal, como pudemos observar vários casos de pessoas nervosas, irritadiças, angustiadas, outras utilizando-se de meios ilícitos e ainda outras descarregando suas tensões nervosas sobre o grupo social a que pertence, tudo isto, de acordo com que podemos analisar, decorrente de problemas de ordem socioeconômica. Vê-se assim, o quanto é importante o estudo do aspecto econômico de uma comunidade quando se pensa em trabalhar com ela, desde que este exerce influência marcante no comportamento social dos seus habitantes (TCC, 1971).

---

<sup>10</sup> Segundo Netto: “Entendemos por renovação o conjunto de característica novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas e demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais” (2008, 131).

Essa moralização dos “desajustados”, em outro trabalho, é direcionada à estrutura familiar, no que se refere às condições dos “menores”, especificamente nos TCCs que tratam da problemática da criança e do adolescente, fundamentando-se em um modelo “tradicional” de família:

Verificamos, que a influência da família e da sociedade em geral, é decisiva no processo de marginalização [...] surge da ausência de formação social e moral, carência de condições dos pais para função educativa, paupérrimo, miséria econômica familiar e abandono da família por parte de um dos cônjuges” (1977, p. 14).

Tais características expressam uma apreensão da “questão social” que aparta da estrutura da sociedade capitalista o papel de genitora desses “problemas”, imputando à dimensão subjetiva a responsabilidade da ausência de harmonia e integração social que deles decorrem. Uma análise de cunho positivista que aparece, por exemplo, no documento de Araxá, sistematização realizada por assistentes sociais e que está referenciado em alguns dos TCC’s, no tocante ao papel do Serviço Social frente as referidas questões:

O Serviço Social, agente que intervém na dinâmica social, deve orientar-se no sentido de levar as populações a tomarem consciência dos problemas sociais, contribuindo, também, para o estabelecimento de formas de integração popular para o desenvolvimento do país (1986, p.26).

Tanto o documento de Araxá quanto o de Teresópolis foram produzidos na primeira fase do que já mencionamos como momento de “renovação” do Serviço Social. Atrelados a uma “perspectiva modernizadora”, ambas as produções dispõem de um direcionamento conservador que é requisitado pelo cenário em que os assistentes sociais estão inseridos nas décadas de 1960 e 1970. Embora os seminários tenham apresentado distinções, que diferenciam os documentos em alguns quesitos, para Netto (2008),

podem perfeitamente ser tomados como a consolidação modelar da tentativa de adequar as (auto)representações profissionais do Serviço Social às tendências sociopolíticas que a ditadura tornou dominantes e que não se punham como objeto de questionamento substantivo pelos protagonistas que concorreram na sua elaboração (NETTO, 2008, 165).

A *Rerum Novarum*, encíclica papal de 1981 sobre a condição dos operários, que também compõe o referencial de algumas das produções de TCC, expressa uma orientação para o trato da “questão social”, que consiste em difundir a ideia de uma conciliação de classes, e ainda, naturaliza o domínio de uma sobre a outra, atribuindo a essa estrutura uma proveniência divina. Conforme Manrique Castro (2000), para a igreja:

Posto que a sociedade está naturalmente dividida, o problema seguinte a equacionar é o do tipo de relações que regem a vida entre estes seguimentos que a divindade, nuns casos, premiou com abundância e, noutros, condenou com a miséria (p. 55).

Assim, também carrega uma direção conservadora pautada na defesa de uma harmonia social, bem como uma moralização da “questão social” no modo como determina o papel do capital e do operário na estrutura da sociedade, subjugando a classe subalterna a uma conformação com sua posição de dominada e incitando uma oposição em relação aos mecanismos de luta pelos seus próprios direitos. Ainda segundo a análise de Castro (2000),

o operário deveria contribuir para a conciliação de classe, aceitando disciplinadamente sua condição de explorado e, por consequência, não só se negar a participar dos movimentos que pudessem atentar contra a segurança do capital, mas, mais ainda: deveria militar contra eles, especialmente: contra organizações sindicais proletárias, emergentes graças aos influxos do pensamento anarco-socialista (CASTRO, 2000, p.57).

Com isso, à vista do que analisamos junto aos trabalhos, bem como aos referenciais que orientaram as produções, logramos sinalizar que, seja numa perspectiva atrelada ao confessionalismo, seja através de uma base científica positivista, a apreensão que aparece nas produções de TCC da UEPB, nas décadas de 1960 e 1970, orienta-se sob o prisma do pensamento conservador.

#### **4 A ruptura com o conservadorismo e as contribuições marxistas para o entendimento da “questão social”**

Embora o Serviço Social só venha a incorporar uma perspectiva crítica à sua formação profissional após a década de 1980, encontra-se em um momento precedente à renovação da profissão — que começamos a situar no item anterior — o marco da primeira tentativa em adotar as concepções advindas dessa criticidade e romper com o tão enraizado conservadorismo. No contexto da abertura dos anos 1960, um movimento tido como “reconceituação” do Serviço Social, com rebatimentos não somente no Brasil como para a profissão no âmbito da América Latina, impulsionou as primeiras aproximações da profissão com o marxismo e sua apreensão crítica da realidade.

O referido movimento, mesmo refreado pelos entraves que a década em questão impunha e comportando alguns equívocos, foi o ensejo de significativos avanços para o Serviço Social latino-americano, integrando à dinâmica profissional conquistas como: uma melhoria na articulação entre profissionais acerca das problemáticas sociais da América Latina; a aclaração da dimensão política da profissão, sempre existente, contudo, inconfessada; a inauguração de uma interlocução crítica com as ciências sociais, o pluralismo profissional, resultante da recorrência da profissão a distintas matrizes teórico-metodológicas (NETTO, 2005).

O episódio da Reconceituação foi, para o que estava posto ao assistente social até então, de grandiosa importância. Visto que, para além do que citamos, propiciou um avanço com relação aos estigmas de mero executor e de subordinação da profissão até ali hegemônicos. Nas palavras de Netto (2005),

[...] a Reconceituação assentou bases para a requalificação profissional, rechaçando a subalternidade expressa na até então vigente aceitação da divisão consagrada de trabalho entre cientistas sociais (os “teóricos”) e assistentes sociais (os profissionais da “prática”) (NETTO, 2005, p. 12).

Todavia, “asfixiada pela maré montante das ditaduras latino-americanas, não pôde avançar e sua memória também foi diminuída, contida em experiências acadêmicas e na biografia daqueles que a protagonizaram” (NETTO, 2005, p. 14). No Brasil, como foi situado no nosso segundo item, o Golpe de 1964 foi determinante no processo de renovação que se gestava no Serviço Social, mais ainda em sua primeira vertente, modernizadora e positivista, que embora tenha representado algumas mudanças para a profissão, foi reforço das expressões conservadoras com as quais a Reconceituação tinha aspirações por romper — com aporte no viés crítico que somente logrou experimentar.

O segundo momento da referida renovação — ao qual não encontramos referências nos TCC's analisados no item anterior — aparece com uma recusa tanto à contígua matriz do positivismo como às possibilidades de uma nova aproximação ao marxismo. Com embasamento de inspiração fenomenológica e centrado na ajuda psicossocial, a profissão mergulha em uma perspectiva que beira o irracionalismo e que representou o que denomina-se como “reatualização do conservadorismo”. Ao dar uma nova aparência para as bases tradicionais da profissão, visou o desígnio de

deter e reverter a erosão do ethos profissional tradicional e todas as suas implicações sociotécnicas, e ao mesmo tempo, configurar-se como uma alternativa capaz de neutralizar as novas influências que provinham dos quadros de influência da inspiração marxista (NETTO, 2005, p. 203).

Apenas nos fins da década de 1970 os anseios experimentados no período da Reconceituação ganham espaço no processo de renovação da profissão. O terceiro vetor da renovação, “intenção de ruptura”, representa o resgate das possibilidades de um “Serviço Social crítico” (Netto, 2005), como “herdeiro do espírito da Reconceituação” (idem). Ainda segundo o autor:

A passagem dos anos 1970 aos 1980, com a reativação do movimento operário sindical e o protagonismo dos chamados novos sujeitos sociais, abriu novas perspectivas para os assistentes sociais que pretendiam a ruptura com o tradicionalismo (NETTO, 2005, p. 17).

O período é de grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho, de queda nos salários e de baixa em investimentos nas políticas públicas, o que rebateu fortemente nas condições de vida da classe trabalhadora e favoreceu o alargamento da visibilidade dos movimentos sociais e sindicais na resistência e no enfrentamento da ditadura (MARTINELLI, 2009). Esse conjunto de mudanças ampliou as bases políticas para a “intenção de ruptura”, na medida em que possibilitou delimitar as classes sociais e seus interesses, contribuindo para robustecer o ajuntamento dos trabalhadores. Assim, permitindo aos assistentes sociais vincular-se às lutas dessas camadas exploradas da sociedade, através da aproximação às suas condições e da possibilidade de analisá-las criticamente (NETTO, 2005).

Contudo, anterior à atuação política dos assistentes sociais nesse contexto e as suas implicações para o rompimento com as bases mais tradicionais, são os determinantes gestados no âmbito das Universidades. De acordo com Netto (2005), “o projeto de ruptura evidenciou-se e explicitou-se primeira e especialmente como produto universitário sob o ciclo autocrático burguês” (NETTO, 2005, p. 251). Isso porque, o processo de laicização da formação profissional, que decorria dos avanços da inserção do Serviço Social na academia, somado à aproximação com as ciências sociais, especialmente a tradição marxista, tornou o âmbito acadêmico mais fértil aos impulsos desse vetor crítico da renovação.

Mas, em que consistem as contribuições do marxismo, enquanto base para essa perspectiva crítica, principalmente no que concerne à referida vinculação com a defesa da classe trabalhadora? E em que implicam para o entendimento da “questão social” pelo Serviço Social?

Tendo como alicerce o materialismo histórico dialético, a teoria social crítica de Karl Marx tece uma análise acerca do modo de produção capitalista e das relações sociais inerentes ao seu desenvolvimento, que permite a apreensão da estrutura que movimenta a totalidade da dominação burguesa e as raízes das problemáticas que dela decorrem. Pela compreensão do marxismo,

o capitalismo, ao desenvolver o individualismo burguês, que lhe é inerente, deu origem a uma sociedade na qual as necessidades coletivas estão subordinadas ao enriquecimento privado, e na qual as necessidades humanas (coletivas e individuais) estão subordinadas ao complexo processo de acumulação do capital pelos burgueses (LESSA; TONET; 2008, p. 81-82).

Nesta perspectiva, em *O Capital*, Marx sistematiza a “anatomia da questão social” (NETTO, 2001), apesar de não ter qualquer menção à expressão propriamente dita. Conforme a leitura dialético-crítica, no que tange à “questão social”, os condicionantes da sua gênese estão calcados no contexto em que se gestam as relações do capitalismo, nas relações de exploração que são próprias da dinâmica desse modo de produção. Como podemos encontrar em Netto, a análise marxiana possibilita “distingui-la das expressões sociais derivadas da escassez nas sociedades que precederam a ordem burguesa” (NETTO, 2001, p.46). Para Santos (2012), um pressuposto dessa distinção está no

[...] despropósito que significa ter altas taxas de mortalidade por exaustão de trabalho quando as condições materiais do progresso científico colocam pela primeira vez na história da humanidade a possibilidade de diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário e ao mesmo tempo aumentar o volume da produção (SANTOS, p. 37, 2012).

Enquanto discorre acerca da “lei geral da acumulação capitalista”, Marx revela o caráter avesso dos interesses da classe dominante em relação aos interesses da classe explorada, destacando que “à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar” (MARX, 2013, p. 720-721). E o autor fomenta suas considerações ao colocar que “a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no lado oposto [...]” (idem).

A precariedade das condições de moradia e de trabalho, as altas taxas de natalidade, a prostituição, o alcoolismo, a falta de infraestrutura urbana, a fome, as doenças e os baixos salários representavam o alcance de um nível extremo de barbarização da vida social, que quando logra despertar inquietação do movimento operário, gesta uma consciência de classe que expressa o autoreconhecimento do proletariado como protagonista no enfrentamento dessas condições (SANTOS, 2012). Esse conjunto de problemáticas e os posicionamentos da classe operária e do capital frente a elas arranjam as origens da “questão social” e seu enfrentamento. Nas palavras de Iamamoto (2001):

É fato reconhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

A “gestação” da consciência de classe anteriormente mencionada representa “um divisor de águas na constituição da questão social” (SANTOS, 2012) e desencadeia o que vem a ser o movimento revolucionário protagonizado pela classe operária em 1848, que protesta a propriedade privada como o principal condicionante das mazelas que assolam a classe subalterna e advoga pelo que é de interesse dos trabalhadores, “extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Em decorrência desse processo, até a metade do século XIX, o enfrentamento da “questão social”, pelo Estado, manteve-se apenas à medida que ameaçava a ordem capitalista e o fornecimento da força de trabalho ao capital (NETTO, 1996). Como analisamos em outro momento, a moral conservadora a favor da ordem burguesa, suportando-se na caridade religiosa ou da ação repressiva do Estado burguês, está assentada numa perspectiva de naturalização, culpabilização e criminalização da pobreza, que em uma longa trajetória marca a desigualdade social como alvo de ajuda ou da polícia.

Somente em uma fase que substitui o capitalismo concorrencial, após a crise de superprodução de 1873, surge uma nova proposta de enfrentamento, própria do novo momento que o capitalismo passa a vivenciar, o imperialismo ou capitalismo monopolista. Como sistematiza Netto (1996), “o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas” (NETTO, 1996, p. 25).

Tais políticas surgem como consequência dessa reconfiguração do papel do Estado burguês na dinâmica de produção e reprodução do capitalismo em sua fase imperial. Há, neste novo cenário, um redimensionamento das suas faces política e econômica, com vista a não somente manter, como aprofundar suas contribuições para assegurar a lucratividade do capital em suas novas roupagens.

Neste sentido, conforme Netto (1996), “a funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho [...]” (NETTO, 1996, p. 27). Funcionalidade esta que, como analisamos no segundo item, cria as condições para a inauguração de um mercado de trabalho no qual vem a ser inserido o assistente social. Embora essa apreensão da trajetória da profissão e da estreita relação com seu objeto de intervenção, a “questão social”, só tenha se tornado alcançável à formação profissional pelo que começamos a situar como momento de “intenção de ruptura”, através da perspectiva crítica e suas conquistas — às quais dedicaremos espaço no que nos resta a analisar.

Embora na entrada dos anos 1980 o Serviço Social esteja em uma dinâmica que retoma a crítica ao tradicionalismo, a superação dos equívocos presentes no encontro com a tradição marxista só vem a acontecer na década seguinte, em um processo que Santos (2007) denomina de “apropriação ontológica da vertente crítico-dialética” (SANTOS, 2007, p. 8). O aprofundamento na teoria social crítica oportuniza as condições para o significativo redirecionamento da profissão, que debate seu papel em todas as suas dimensões, “tornando-se capaz de realizar a ruptura teórica com a herança conservadora e intervir de forma qualitativamente superior na garantia do projeto ético-político profissional” (idem, p. 9).

É somente no contexto dos anos 1990 que a “intenção de ruptura” alcança os principais avanços que a aproximação ao marxismo e o envolvimento com as lutas da classe trabalhadora concederam à profissão. Um conjunto de processos e esforços materializados no Código de Ética (1993), na Lei de Regulamentação (1993) e na revisão do currículo pelas Diretrizes de 1996 para o curso de Serviço Social. Como sintetiza Santos, tais conquistas

são a expressão ideal de uma trajetória prática, política e teórica que qualifica o compromisso com a “classe-que-vive-do-trabalho”, na esfera propriamente profissional, sendo possível apenas porque pôde resgatar os avanços da década anterior à sua centralidade (2015, p. 9).

Com aporte nas novas direções tomadas pela formação profissional, a “questão social” passa a ser pautada para o Serviço Social como “fundamento básico de sua existência” (ABEPSS, 1996, p. 5), sendo suas expressões e multifaces, objeto de intervenção da profissão. Essa relevância para a profissão é reforçada e bem colocada no Projeto Pedagógico do Serviço Social da UEPB, ao denominar tal categoria como “eixo da profissão” (2016, p.35) e reiterar:

A questão social é o fenômeno social que requisita uma intervenção profissional determinada, ou específica, e origina as demandas, a emergência e à consolidação da profissão de Serviço Social (idem).

No tocante a apreensão crítica, as Diretrizes Curriculares (1996) apresentam núcleos de fundamentação que propõem direções e conteúdos voltados para os fundamentos da profissão e a leitura crítica das relações sociais na sociedade burguesa, entre eles a temática da categoria “questão social” e a necessidade de entender a particularidade da formação sócio-histórica brasileira, a dinâmica das classes sociais e o acirramento das desigualdades como desdobramento do modo de produção capitalista, bem como a vinculação ou alinhamento do Serviço Social ao projeto societário dos trabalhadores, a inserção de seus profissionais no mercado de trabalho e a percepção desses acerca de seu pertencimento ao conjunto das necessidades e lutas da referida classe explorada.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base no que foi problematizado podemos concluir que a apreensão de “questão social” predominante nas produções de conhecimento do Serviço Social na UEPB durante o período do regime militar, que compreende as décadas de 1960 e 1970, está calcada numa perspectiva conservadora. Os escritos dos TCC’s, expressando o já situado arranjo teórico-doutrinário do Serviço Social, mesclam um ideário de cariz confessional, buscando referências nas encíclicas papais e até mesmo na Bíblia, a uma predominância do positivismo em sua vertente estrutural-funcionalista enquanto principal matriz teórico-metodológica, identificada através de fragmentos textuais e, ainda, pelo referencial bibliográfico — sobretudo nas produções da década de 1970, com os documentos de Araxá e Teresópolis, resultantes dos Seminários de Teorização do Serviço Social ocorridos em 1967 e 1970.

Neste sentido, seja orientada por uma perspectiva religiosa, seja positivista, a apreensão da “questão social” pelos TCC’s expressa uma direção conservadora, que tem seus traços mais centrais assentados na defesa de uma moral, social ou religiosa, que contribui para ocultar a estrutura que produz e reproduz a “questão social” nas suas mais variadas expressões.

Decorrendo, em grande medida, dos saldos do momento de intenção de ruptura, na década de 1980, a formação em Serviço Social, a nível nacional, vislumbra experimentar uma leitura crítica da realidade e conseqüentemente, um leque de mudanças no interior da profissão que vieram a tornar hegemônica a perspectiva de análise que é capaz de desvelar as raízes das desigualdades e de todas as multifaces da “questão social” enquanto objeto de intervenção de seus profissionais.

Diante do que foi exposto, levando em consideração os avanços que o Serviço Social experimentou e que elencamos, a presente discussão nos deixa a inquietação por desdobrar a pesquisa para as décadas que configuram o cenário da ruptura com o conservadorismo e do encontro com a tradição marxista, com vista a analisar como as referidas mudanças incidem no âmbito da produção de conhecimento, dada a

imprescindibilidade de prosseguir com os estudos acerca da formação profissional e sua trajetória em Campina Grande, bem como contribuir, através de aproximações sucessivas, para aprofundar um debate crítico concernente à “matéria-prima” em que se debruça a intervenção do assistente social, a “questão social”.

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Cortez Editora, 2011.
- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França**. 4ª ed. Campinas: Vide Editorial, 2017.
- CASTRO, Manuel Manrique. **A história do Serviço Social na América Latina**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- CBCISS. **Teorização do Serviço Social**. Centro Brasileiro de cooperação. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FONSECA, Cleomar Campos; NOBREGA, Mônica Barros da; SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio. A formação acadêmica em Serviço Social no Município de Campina Grande: gênese e desenvolvimento sócio-histórico. In: **O curso de Serviço Social na Uepb: elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica**. Campina Grande: eduepb, 2014.
- GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: 2009. p. 701-718.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Rev. Temporalis**. Ano. 2 n.3 (jan/jul 2001). Brasília: ABEPSS, 2001.
- LÖWY, Michael. Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista. 7ª ed. São Paulo, 1991.
- LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen**. 7ª Edição. Cortez Editora. 2000.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital/Karl Marx. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARTINELLI, Maria Lucia. A perspectiva do III Congresso brasileiro de Assistentes Sociais. 30 anos de Congresso da virada: começaria tudo outra vez se preciso fosse. Brasília: Edição CFESS, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora. 1996.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. O movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Rev. Serviço Social e Sociedade**, n 84. 2005.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Rev. Temporalis**. Ano. 2 n.3 (jan/jul 2001). Brasília: ABEPSS, 2001.

ESCORSIM, Leila Netto. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª Edição – São Paulo: Expressão popular, 2011.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez Editora. 2012.

SANTOS, Josiane Soares. **Apropriações da tradição marxista no Serviço Social**. In Cadernos Especiais N 13 42, edição: 22 de Janeiro a 19 de Fevereiro de 2007.

SANTOS, Maria Aparecida Nunes dos. et al. **A “invasão” do conservadorismo na formação em Serviço Social da Uepb durante a ditadura militar**. EPB-CNPq. 2017-2018.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: 2009.

SOUZA, Jamerson Murilo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016.

TONET, Ivo; LESSA, Sergio. **Introdução a filosofia de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. **Projeto pedagógico de Curso**. PPC: Serviço Social (Bacharelado) / UEPB-CCSA. Núcleo docente estruturante. Campina Grande: EDUEPB, 2016.

**ANEXO A - ROTEIRO DE COLETA DE DADOS JUNTO AOS TCCs**

- 1) O TCC é resultado de pesquisa ou experiência de estágio? Se resulta de experiência de estágio, identifique a instituição.
- 2) A matriz teórica é claramente anunciada no TCC ou se expressa em fragmentos textuais do TCC?
- 3) Identifique e registre as passagens do TCC que denunciam-evidenciam sua matriz teórico-metodológica?
- 4) Identifique e destaque a concepção de “questão social”.

**ANEXO B – RELAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO REFERENCIADOS NO ARTIGO**

<b>Título</b>	<b>Ano</b>
Trabalho de estágio em campo no processo de desenvolvimento e organização da comunidade Vila Cabral	1969
Projeto de implementação para criação de um grupo de trabalho	1977
Intervenção do Serviço Social na comunidade Sandra Cavalcante	1971
Formação de grupo	1977